

LUCHAS SOCIALES Y POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEÑAS DE REHABILITACIÓN DE INMUEBLES ABANDONADOS: EL “MOVIMENTO DOS QUINTAIS DA MOOCA” EN SÃO PAULO

Resultado de investigación finalizada

GT2: Ciudades latinoamericanas en el nuevo milênio

Roberta dos Reis Neuhold
Universidade de São Paulo, Brasil

Resumen

La ponencia analiza experiencias de movimientos de vivienda y de los sin techo de São Paulo, Brasil, desde la década de 1980 hasta hoy. Se busca comprender en que medida la lucha del “Movimento dos Quintais da Mooca” fue una asociación sin precedentes entre movimientos sociales y gobierno local e insirió nuevos criterios de juzgamiento en los debates sobre la rehabilitación del centro de São Paulo, lo que incluye el derecho de las poblaciones con bajos ingresos a habitar una región urbanizada de la ciudad. Se utilizó encuestas, investigación bibliográfica y documental. Se confirmó la hipótesis de que los movimientos sociales se volvieron protagonistas en proyectos inéditos de rehabilitación de inmuebles abandonados en el centro de São Paulo para uso residencial.

Palabras clave: área central – São Paulo; movimientos de vivienda y sin techo; Movimento dos Quintais da Mooca; políticas de viviendas.

Resumo

A comunicação analisa experiências de movimentos de moradia e sem-teto de São Paulo, Brasil, desde a década de 1980 até a atualidade. Busca compreender em que medida a luta do “Movimento dos Quintais da Mooca” estabeleceu uma parceria inédita entre movimentos sociais e governo local, criando novos critérios de julgamento nos debates sobre a reabilitação do centro de São Paulo, o que inclui o direito das populações de baixa renda a habitar uma região consolidada da cidade. Na investigação, recorreu-se a entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental. Confirmou-se a hipótese de que os movimentos sociais se tornaram protagonistas de projetos inéditos de reforma e reciclagem de imóveis abandonados na área central para o uso residencial.

Palabras clave: área central – São Paulo; movimentos de vivienda y sin techo; Movimento dos Quintais da Mooca; políticas de viviendas.

1 Dos cortiços aos movimentos de moradia e sem-teto

No final do século XIX, os distritos que hoje formam a área central de São Paulo abrigaram não apenas as elites como também foram o berço da “mais antiga modalidade de habitação proletária da cidade”, a saber, dos cortiços ou habitações coletivas de aluguel (Ant & Kowarick, 1988, p. 49). Naqueles anos que marcaram os primórdios da industrialização da cidade e do próprio Brasil, os cortiços se transformaram no modo mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe

trabalhadora a baixos custos. No início do século XX, já correspondiam a um terço das moradias da cidade (Ant & Kowarick, 1988, p. 50).

Esses pequenos cômodos de aluguel, caracterizados por impróprias e improvisadas condições de habitabilidade, eram (e ainda são) habitados por um contingente elevado de pessoas que compartilham banheiros, torneiras e tanques e exercem diferentes funções (como dormir, cozinhar, higienizar-se, etc.) em um mesmo ambiente. Localizados em áreas da cidade com farta oferta de transporte público, equipamentos e infraestrutura urbana, tornaram-se uma das poucas modalidades de habitação passível de ser financiada pelos baixíssimos salários da população pobre que precisa ou quer viver no centro de São Paulo.

Apesar de viverem em uma das mais precárias modalidades de habitação da cidade, os moradores de cortiços tardaram a se mobilizar em prol do direito à moradia digna, destoando das diversas ações organizadas por movimentos populares nas periferias de São Paulo. Maria da Glória Gohn ilustra bem essa desarticulação:

“Esta forma de luta [dos moradores de cortiços] é uma das mais desorganizadas, apesar de ser um dos lados mais espoliativos da questão da moradia popular. Parcela mínima deste contingente está organizada junto com os moradores das favelas, no Movimento Unificado [de Favelas]. Outra parcela, expressiva, engrossa as ocupações de terra. A organização autônoma quase não existe, com algumas exceções, de cortiços em áreas centrais, assistidos por comunidades religiosas, um tanto quanto tradicionais em suas práticas. O exemplo recente do despejo dos moradores dos cortiços da rua da Assembleia, na Bela Vista, região central de São Paulo, demonstra a inexistência de organização, pela facilidade com que o poder público expulsou os moradores da região”. (Gohn, 1991, p. 66)

O cenário descrito por Gohn no livro *Movimentos sociais e a luta pela moradia*, publicado em 1991, em nada se assemelha com o que a cidade presenciaria apenas alguns anos mais tarde, quando os movimentos que reclamam políticas públicas habitacionais na área central, compostos, sobretudo, por moradores de cortiços, chegaram a reunir mais de seis mil pessoas, em uma única noite, na ocupação de vários imóveis vazios no centro de São Paulo, com o intuito de forçar a interferência do Estado no mercado habitacional.

Neste artigo, traçamos uma breve história dos movimentos de moradia e sem-teto, tendo suas lutas por habitação social na área central da cidade de São Paulo como foco. O ponto de partida são as articulações que deram origem ao Movimento dos Quintais da Mooca e que resultaram nas primeiras políticas públicas habitacionais para a população de baixa renda em uma região consolidada da cidade de São Paulo.

Desde já, vale a pena esclarecer a opção pelo termo “movimentos de moradia e sem-teto”. Para Barros (2004) e Miagusko (2008), se, antes de 1990, os movimentos populares construíam suas identidades a partir dos direitos pelos quais lutavam – eram os “movimentos de moradia” –, tem se tornado crescente sua automeção a partir da falta – os “movimentos de sem-teto”, por exemplo. Para Miagusko (2008, p. 57), essa mudança se relaciona com o próprio contexto de retração das políticas públicas, de perda de direitos e de encolhimento dos espaços públicos. Entretanto, é inevitável considerar que, ao menos no caso dos movimentos da área central, apesar de existirem grupos que de fato se identificam por suas carências – como o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) –, outros – como o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento de Moradia Região Centro (MMRC) – nomeiam-se a partir do direito pelo qual lutam. Daí se justifica a opção por denominá-los como “movimentos de moradia e sem-teto”, contemplando as contradições pelas quais transitam.

2 As primeiras mobilizações de moradores de cortiços: o Movimento dos Quintais da Mooca

A partir da década de 1970, os estudos sobre os movimentos sociais no Brasil estiveram orientados, predominantemente, para a análise de mobilizações populares que ganhavam vulto nos centros urbanos. À época, a luta por direitos e por mudanças nos padrões das relações entre sociedade civil e Estado tornava-se paradigmática, depois dos anos de repressão política iniciados com o golpe militar de 1964. Os movimentos sociais passaram então a ser considerados sujeitos centrais do processo de “generalização de uma cultura democrática”, capazes de redefinir o espaço da política com novas práticas e formas de sociabilidade (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática [GECED], 1998-99, p. 20).

Na cidade de São Paulo, os movimentos de moradia se inseriam entre os inúmeros movimentos sociais que lutavam por melhorias urbanas. Data de 1987, a fundação da União dos Movimentos de Moradia (UMM), cujo principal objetivo era organizar os diversos e dispersos movimentos das periferias que reivindicavam habitação social (Amaral, 2002, p. 108). Estreitamente relacionada a essa experiência, encontrava-se a da construção de moradia por meio de mutirões autogeridos, vista como alternativa às políticas habitacionais insuficientes e de baixa qualidade centralizadas no Estado (Rizek, 2002, p. 23).

Enquanto a União dos Movimentos de Moradia reunia milhares de pessoas nas periferias, até o início da década de 1990 a reivindicação por habitação social na área central¹ de São Paulo tinha pouca visibilidade.

É verdade que existem registros sobre mobilizações de moradores de cortiços nessa região da cidade que remetem a meados da década de 1970 (Associação dos Trabalhadores da Mooca [ATMR], 1993. Simões Jr., 1991, p. 33-35). No geral, eram ações contestando taxas de água e luz, demandando melhores condições de habitabilidade e o fim dos intermediários entre proprietários de imóveis e locatários. Embora incipientes, algumas delas foram sendo articuladas, principalmente por meio de trabalhos de base de pastorais, assessorias técnicas e entidades populares como a Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca, a Associação em Defesa da Moradia e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Na década de 1970, a igreja de São Rafael patrocinou uma pesquisa sobre as condições de vida nos cortiços ou, como eram chamados, nos “quintais” da Mooca, distrito da área central da cidade com presença significativa de indústrias (ATMR, 1993, p. 4-10). Os resultados mostraram que seus moradores eram predominantemente formados por migrantes nordestinos que exerciam trabalho remunerado e não-qualificado, ganhando menos de dois salários mínimos por mês. Em média, dividiam cada um dos banheiros dos cortiços com mais 15 pessoas, o tanque com 13 e a pia com 35. A pesquisa trazia ainda depoimentos de moradores dos quintais repudiando a sujeira dos banheiros, a dificuldade para conseguir lavar roupas (por causa das longas filas nos tanques), o entupimento de encanamentos e fossas, os constantes cortes de água e de energia, a insalubridade, a proliferação de doenças, os exorbitantes preços pagos pelos cômodos e a violência dos “intermediários” (que cobravam os alugueis e administravam os imóveis) (ATMR, 1993, p. 8-10).

No mesmo período da pesquisa da paróquia de São Rafael, metalúrgicos da Oposição Sindical criaram a Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca. A sede dessa entidade foi largamente utilizada na organização de reuniões e assembleias do que, a partir de março de 1984, ficaria conhecido como “Movimento dos Quintais da Mooca”.

¹ Para os fins deste trabalho, denomina-se “área central” ou “centro” o anel central da cidade de São Paulo composto pelo núcleo histórico (distritos da Sé e República) e por mais dez distritos (Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Mooca, Pari e Santa Cecília).

Formado por moradores de cortiços, sobretudo por mulheres, esse movimento apresentou, em 1984, para Mário Covas, prefeito de São Paulo, a indicação de terrenos vazios na Mooca e Brás para a construção de habitação social. Também solicitou financiamento para a compra de material de construção. Na ausência de resposta, em maio de 1985, ocupou durante cinco dias a Secretaria do Bem Estar Social (FABES); saiu de lá com a promessa do governo municipal de disponibilizar lotes na periferia leste da cidade para produção de habitação: inicialmente seriam 200 no Jardim São Francisco, mas depois foram oferecidos somente 96 no Jardim Ivone, onde os integrantes do movimento construíram casas em regime de mutirão (ATMR, 1993).

Apesar da obtenção de tais lotes, a demanda por construção de habitação social nos terrenos na área central não foi atendida. Segundo o Movimento dos Quintais da Mooca, o Secretário de Habitação Arnaldo Madeira rejeitou a proposta, afirmando que os terrenos não poderiam ser destinados à população de baixa renda (ATMR, 1993, p. 21).

Posteriormente, durante a administração de Jânio Quadros (1986-1989), o Movimento dos Quintais da Mooca conseguiu 28 lotes no Jardim Santa Etelvina e 50 no Jardim Chabilândia, ambos em Guaianases, zona leste. Empurrados para os extremos da periferia, os integrantes do movimento eram obrigados a iniciar novas lutas, agora por asfalto, saneamento básico, escolas, creches, unidades básicas de saúde, dado que eram regiões da cidade desprovidas de infraestrutura e serviços básicos para a população.

Uma publicação da Associação dos Trabalhadores da Mooca descreve as demandas do movimento e as respostas do poder público:

“Desde quando começamos a lutar por moradia, em 1979, o desejo da grande maioria dos moradores dos quintais aqui na Mooca era conseguir áreas aqui por perto mesmo. Apesar da situação triste dos quintais / cortiços, morar na Mooca só tem vantagem:

- aqui a maioria não precisa pagar condução pra trabalhar;
- para as mães é muito mais fácil conseguir trabalhar fora e deixar os filhos nas creches (morando nos bairros longe, a mãe tem que sair de casa às 5 ou 6 horas da manhã, e nessa hora não tem creche aberta);
- aqui tem mais creches, escolas, postos de saúde, hospitais, água, luz, esgoto, etc.

[...] Quando levamos nossas reivindicações de áreas nessas regiões centrais, inclusive na época da ocupação da Fabes, os representantes da Prefeitura riam de nossa cara e da “ousadia” de querermos o “fileminhon”, como eles falavam; da ousadia de querermos questionar os privilégios “naturais” das classes mais favorecidas.

E aí nós aceitamos ir pro Jd. Ivone, pra Guaianazes... Porque naquele momento não tinha outro jeito – o Movimento de Moradia ainda não tinha muita força. Mas nunca nos conformamos com essa segregação, esse “apartheid” que só é diferente da África do Sul porque não é só de raça, mas principalmente econômico, isto é, separa as pessoas e os bairros onde elas moram de acordo com a renda”. (ATMR, 1993, p. 39 e 40)

Em fevereiro de 1988, o Movimento dos Quintais da Mooca ocupou durante 50 dias um terreno abandonado no Jardim Colorado, junto com o Movimento Sem-Terra da Região Leste 1²; das 800 famílias que participaram da ação, 110 eram da Mooca. Um mês antes, 5 mil famílias ocuparam o

² Do ponto de vista da divisão administrativa de São Paulo, a região “leste I” inclui as subprefeituras da Penha, Ermelino Matarazzo, Itaquera e São Mateus. A “leste II”, por sua vez, engloba as subprefeituras de Itaim Paulista, Guaianases, São Miguel Paulista e Cidade Tiradentes. Os movimentos de moradia reportam a essa divisão administrativa – “leste I” e “leste II” – para nomear a sua organização. Junto com os distritos que compõem as subprefeituras de Aricanduva, Vila Prudente e Mooca, a região leste I e II formam a “macrozona” conhecida como “zona leste”. Para os fins deste trabalho, quatro distritos da subprefeitura da Mooca (Belém, Brás, Mooca e Pari) são considerados parte da área central da cidade.

terreno da Fazenda da Juta, também na zona leste. Os movimentos conseguiram a garantia, do governo do Estado, de desapropriação do terreno particular do Jardim Colorado, de alojamento em uma área provisória da Eletropaulo para as famílias que não tinham moradia e de compra de 450 lotes na Fazenda da Juta. No mesmo período, foi ocupado um terreno na região de Pirituba, zona oeste, e no município de Guarulhos, Região Metropolitana de São Paulo. Já na região “Leste II”, aproximadamente 30 mil famílias ocuparam mais de duzentos lotes nos distritos de Itaim Paulista e de São Miguel (ATMR, 1993, p. 31).

As primeiras conquistas do Movimento dos Quintais da Mooca na área central datam do início da década de 1990, durante o governo de uma frente popular de esquerda, cuja prefeita era Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores. À época, dois cortiços foram desapropriados para a produção de unidades habitacionais: um localizado na avenida Celso Garcia, 849, Brás, e outro na rua Madre de Deus, 769, Mooca. Nos dois casos os moradores estavam organizados no Movimento dos Quintais da Mooca.

3 Experiências pioneiras de produção de habitação social na área central: Madre de Deus e Celso Garcia

A história do cortiço da rua Madre de Deus resume bem as condições de vida dos moradores das habitações coletivas de aluguel. Casarão com 54 quartos, cada um com no máximo 12 metros quadrados, abrigava 200 moradores que dividiam dois banheiros, um cano de água fria para tomar banho e quatro tanques para lavar roupa e escovar os dentes (ATMR, 1993, p. 41). A essas condições de habitabilidade somavam-se os atos violentos cometidos pelo administrador do cortiço, acusado da autoria de homicídios, violência sexual e despejos forçados em outras habitações coletivas de aluguel da região. Segundo relato de moradores, ele sempre portava armas: “costumava chegar de madrugada e estourar lâmpadas a tiros. Mandava capangas armados assaltar os quartos para compensar aluguel atrasado, desrespeitava as mulheres, e muitos outros absurdos” (ATMR, 1993, p. 41-44).

Os moradores do cortiço decidiram se organizar, tentando localizar o proprietário do imóvel por meio de pesquisas em cartórios e na prefeitura. Na Administração Regional da Mooca, solicitaram a intimação do intermediário e do proprietário. Esse último compareceu à audiência afirmou que mantinha contrato de locação com uma senhora havia dez anos e que desconhecia o outro intermediário. A locatária era Diana, intermediária de outras 22 “pensões populares”. Paulo foi apresentado como seu sócio e se comprometeu a fazer algumas “melhorias” no cortiço, instalando duas caixas d’água e consertando os banheiros. Entretanto, não apenas não cumpriu o acordo, como proibiu a realização de reuniões entre os moradores. Esses acabaram por expulsá-lo, por meio de agressões físicas e ameaças:

“Na noite de 28 de maio/89, Paulo Moretti e mais 3 capangas ficaram na porta dos quartos ameaçando quebrar os aparelhos de som de algumas pessoas. Armou-se uma confusão e foi todo mundo pra delegacia. Na saída da delegacia ele ameaçou voltar ao quintal naquela noite “porque lá não tinha homem pra ele”. Os moradores ficaram esperando. De madrugada ele chegou, ninguém sabe com que intenções. Aí os moradores deram-lhe uma surra que ele foi parar no hospital”. (ATMR, 1993, p. 44)

As ações dos moradores direcionaram-se então ao poder público. Em carta de junho de 1989 endereçada à prefeita Luiza Erundina, solicitaram recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Sub-normais (FUNAPS) para desapropriar o casarão que abrigava o cortiço, reconstruí-lo em regime de mutirão, transferir sua propriedade para os moradores e alojar as famílias em local adequado até o término das obras (ATMR, 1993, p. 48).

Na rua Madre de Deus, o cortiço e mais um imóvel vizinho foram desapropriados e demolidos para a construção de 45 apartamentos. Já na avenida Celso Garcia, 849, Brás, a prefeitura desapropriou outro casarão encortiçado juntamente com nove imóveis do entorno, erguendo quatro prédios, com 182 unidades habitacionais. Ambos os projetos começaram a ser executados em 1990, sendo concluídos em 1992 (Celso Garcia) e 1996 (Madre de Deus).

4 Do Movimento dos Quintais da Mooca à fundação de diversos movimentos de moradia e sem-teto na área central

No mesmo período em que eram produzidas as primeiras unidades de habitação social na área central (na rua Madre de Deus e na avenida Celso Garcia), grupos de moradores de cortiços da Mooca e de outros distritos (Belém, Brás, Ipiranga, Luz, Mooca, Tatuapé, Vila Formosa) articulavam-se para formar um movimento unificado. Em 15 de junho de 1991, em ato realizado em frente a um cortiço na rua do Carmo, Sé, foi criada a Unificação das Lutas de Cortiços. A ULC, como ficou conhecida, pretendia reunir os movimentos da área central e da região sudeste e leste I para denunciar as condições de vida nos cortiços e reivindicar habitação social no centro.

Em carta de 1991, endereçada ao governo federal e ao poder legislativo municipal, a ULC já solicitava a desapropriação de prédios e terrenos vazios para a produção de habitação social e políticas específicas para enfrentar o problema dos cortiços:

“A Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) da cidade de São Paulo que compreende os movimentos organizados de cortiços, considerando a complexidade desse grave problema habitacional e a quase inexistência de intervenções nessa realidade por parte das autoridades competentes, vem denunciar o drama [...] de um povo.

Nossas propostas:

- desapropriação de terrenos, prédios vazios, quarteirões de cortiços para programas habitacionais para a população de baixa renda (0 a 5 salários mínimos)
- repasse das verbas para financiamentos desses programas habitacionais
- uma política específica para cortiços, criando inclusive nas Secretarias de habitação um departamento de cortiços com estrutura, recursos e programas” (ATMR, 1993, p. 66).

Nos anos que se seguiram à fundação da ULC, divergências internas referentes a projetos políticos, formas de organização, estratégias de luta e de negociação, relações político-partidárias, dentre outros aspectos, resultaram em divisões no seu interior.

A primeira divisão data de 1993, quando os grupos do Brás, do Ipiranga e da Vila Formosa fundaram o Fórum de Cortiços e Sem-Teto, o qual, em 1997, daria início às ocupações de imóveis ociosos na área central. No mesmo ano, uma nova dissidência da ULC originou o Movimento de Moradia do Centro, o MMC. Em 1998, foi a vez do Fórum de Cortiços e Sem-Teto dividir-se e uma de suas alas formar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central, o MTSTRC. Em 2000, nasceu o Movimento Sem-Teto do Centro, o MSTC, também oriundo do Fórum de Cortiços. Em 2003, cerca de 150 famílias desligaram-se do Movimento de Moradia do Centro (MMC) e criaram o Movimento de Moradia Região Centro, o MMRC.

Esses movimentos quase sempre se mantiveram ligados a outras “entidades articuladoras”, como a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP), a Frente de Luta por Moradia (FLM) e, no plano nacional, a União Nacional dos Movimentos Populares (UNMP). Até 2004, a UMM reunia quase todos os movimentos que atuavam no centro: a ULC, o MMC, o Fórum de Cortiços e o MTST. Além desses, agrupava movimentos de moradia e sem-teto das demais regiões da cidade e de todo o Estado de São Paulo. Em 2004, o MSTC desligou-se da UMM e junto com o MMRC, o

MTSTRC e outros movimentos da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo fundou a Frente de Luta por Moradia (FLM).

Todos esses movimentos de moradia e sem-teto, cada um a seu tempo e maneira, protagonizaram um conjunto de ações que, em certa medida, deu projeção para a questão do cortiço e da habitação social no centro de São Paulo. Como? A partir de diversas ações, com principal destaque para as ocupações sistemáticas de imóveis ociosos. É sobre elas que o item seguinte se detém..

Antes de prosseguir, porém, convém explicar a opção por nomear as ações dos movimentos de moradia e sem-teto como “ocupações” e não como “invasões”. Se recuperada a etimologia da palavra “invasão” (Houaiss, 2009), ver-se-á que remete à agressão e usurpação, abrangendo acepções como “ocupação pela força”, “desrespeito, desconsideração, especialmente em relação à vida pessoal de outrem”, embora também se refira a “área ilegalmente ocupada por moradias populares“. Já “ocupação”, além de reportar ao “ato de apoderar-se de algo ou de invadir uma propriedade”, inclui também o modo de aquisição da propriedade “sem dono ou abandonada; apropriação”. Os antônimos da palavra “ocupação” contribuem mais do que as suas próprias acepções para julgá-la mais adequada para refletir sobre o objeto da luta dos movimentos de moradia e sem-teto: entre eles se encontra o “abandono”, a “desocupação”, a “ociosidade”, o que se aproxima dos sentidos da ação de “ocupar” propriedades ociosas.

5 Das ocupações de imóveis vazios às políticas públicas habitacionais

Ao longo de uma década, foram ocupados mais de 60 prédios e terrenos ociosos, públicos e privados, na área central de São Paulo (cf. Neuhold, 2009). Eram casarões, prédios e terrenos abandonados, hospitais, ruínas de edifícios inacabados, instalações industriais e hotéis desativados, galpões, alguns vagos durante décadas, com dívidas e impostos acumulados, que passaram a ser objeto de denúncia dos movimentos de moradia por não cumprirem sua função social.

Entre os imóveis ocupados, até 2009, 11 haviam sido transformados em habitação social, sendo 8 deles por meio de empreendimentos públicos³ e 3 a partir de empreendimentos privados⁴.

Destaque-se que, no período analisado, embora a produção pública de unidades habitacionais na área central tenha sido insuficiente se comparada com a demanda existente e com o estoque imobiliário vago naquela região, é reconhecido o seu caráter inovador no sentido de oferecer soluções habitacionais adequadas para a população de baixa renda (Sígolo & Silva, 2007, p. 61), bem como de garantir o uso residencial de imóveis ociosos.

Em balanço sobre a produção pública de habitação social na área central da cidade de São Paulo, Sígolo e Silva (2007) identificaram que, entre 1990 e 2006, concluiu-se ou estava em andamento a construção de 5.002 unidades habitacionais, em um total de 37 empreendimentos. Essa produção

³ O Programa de Arrendamento Residencial, da Caixa Econômica Federal (PAR/CEF), o Programa de Atuação em Cortiços da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (PAC/CDHU), ligado à Secretaria Estadual de Habitação, e os programas municipais, como os da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), foram responsáveis pela produção de habitação social em pelo menos seis imóveis ocupados por movimentos de moradia e sem-teto, entre os quais encontra-se o da (1) rua Pirineus, 117/119, Santa Cecília (ocupado pelo Fórum de Cortiços e recuperado pelo PAC/CDHU); (2) rua Ana Cintra, 123, com a avenida São João, Santa Cecília (MSTC; PAC/CDHU); (3) rua São Francisco, 113 (Hotel São Paulo), na Sé (Fórum de Cortiços; PAR/CEF); (4) da rua Brigadeiro Tobias (Fórum de Cortiços; PAR/CEF); (5) da av. Celso Garcia, 787 (ULC; PAR/CEF); (6) rua Riachuelo, 275, Sé, (MTSTRC, em programa de locação social da Cohab). Foram ainda ocupados dois conjuntos em construção da CDHU que mais tarde atenderam membros dos movimentos de moradia e sem-teto: na rua Canindé, 85, no Pari, ocupado pelo MMC, MSTC e ULC, e na rua Coronel Antonio Marcelo, 522, Brás, ocupados pelo MMC, MSTC e ULC.

⁴ Três imóveis ocupados por movimentos de moradia e sem-teto foram reformados pela iniciativa privada para uso residencial, mas não atenderam os membros de movimentos de moradia, tendo sido comercializados. Localizam-se na (1) rua do Gasômetro, 660, Brás (ULC); (2) avenida Duque de Caxias, 401, Santa Cecília (MSTC); (3) rua Aurora, 579, República (MSTC).

incluiu tanto a reforma e a reciclagem de imóveis vazios, quanto a construção de novas edificações. Desse total, apenas dois empreendimentos tiveram início antes de 1997, quando se iniciaram as ocupações de imóveis vazios na área central da cidade. Ainda assim, essas duas experiências foram demandas apresentadas para a prefeitura pelo Movimento dos Quintais da Mooca, movimento que mais tarde participaria da formação da Unificação das Lutas de Cortiços.

6 Considerações finais

Desde o final da década de 1970, com as pressões, reivindicações e conflitos resultantes de mobilizações sociais, conceitos como movimentos sociais e sociedade civil, direitos e cidadania, esfera pública e privada adquiriram força no vocabulário das ciências sociais brasileiras. As teorias e modelos que daí emergiram redefiniram contextos intelectuais e políticos, em esforços contínuos para analisar o processo de democratização do país.

No decênio seguinte, os movimentos sociais foram tema de acalorados debates acadêmicos, em pesquisas orientadas, principalmente, para a análise das mobilizações e reivindicações populares urbanas. Eram estudos sobre o caráter classista e gerador de contradições urbanas do Estado, reconhecendo a potencialidade da organização da sociedade civil contra a tradição política autoritária (Oliveira, 1977. Moisés, 1978), sobre as novas práticas de sociabilidade que transformavam o espaço da política, a espontaneidade, autonomia e pluralidade dos movimentos populares (Caccia-Bava, 1983. Kowarick, 1984. Paoli & Sasder, 1988. Telles, 1987. Sader, 1988).

A partir da segunda metade da década de 1990 que o centro das análises sobre as ações coletivas deslocou-se para as redes da sociedade civil e para os mecanismos institucionais da democracia participativa. Vale a pena lembrar que, no Brasil, ainda que tenha abarcado uma série de experiências, o conceito de sociedade civil adentrou no cenário político atrelado à atuação dos movimentos populares urbanos, porém difundiu-se justamente com o declínio dos estudos que os concebiam como alicerce da expansão democrática. Tornaram-se, então, recorrentes as investigações sobre os novos canais de participação política e de comunicação da sociedade civil com as agências públicas, o governo e os partidos políticos (Avritzer, 1994, 1997. Costa, 1994, 1997. Dagnino, 2002).

O balanço dessa “aproximação” entre Estado e sociedade civil seria publicado pouco tempo depois junto com diagnósticos sobre as profundas dificuldades para a consolidação da democracia brasileira e sobre os esforços de setores populares, com maior ou menor êxito, desprendidos em tal processo. Alguns autores (Telles, 1994. Oliveira, 2000. Oliveira & Rizek, 2007) passaram a apontar os obstáculos para que os direitos se tornassem referências normativas das relações sociais (Telles, 1994, p. 44). Indicavam um momento de imposição do consenso, de substituição da política pela gestão e da pressão e dos trabalhos de base dos movimentos sociais pela negociação pragmática com o Estado.

Outros pesquisadores (GECD, 1998-99. Dagnino, 2000 e 2002), contudo, propuseram uma avaliação positiva sobre os desdobramentos da década de 1980, com a preocupação analítica centrada nas possibilidades da busca de alternativas para a radicalização da democracia. Para eles, a ação dos movimentos sociais não se esgotara, mas ganhara “desafios novos e imensos, que mais uma vez começaram a aprofundar a discussão acerca dos significados de participação, direitos, cidadania e democracia”, em um contexto de vitórias eleitorais de frentes populares e de configuração dos movimentos sociais como “parceiros” do Estado na formulação e implementação de políticas públicas (Feltran, 2005, p. 50).

Não se deve perder de vista o contexto histórico no qual se inserem esses debates, momento em que a “esperança democrática” foi acompanhada por graves crises econômicas, baixos salários, insuficiência dos serviços públicos, elevação do trabalho informal e do desemprego. Dito de outra forma, os direitos “conquistados” durante a década de 1980 mostraram-se frágeis nos anos que se seguiram e sem enraizamentos no cotidiano social e político. Esse processo se agravou com o avanço

das políticas neoliberais que paulatinamente destruíram as possibilidades de universalização da cidadania.

De fato, se, entre 1980 e 1990, um sistema político democrático se consolidou no Brasil, os direitos civis e sociais não se estenderam igualmente à totalidade da população (Kowarick, 2002). No entanto, e sem querer deduzir os conflitos sociais das condições macroestruturais, diversos grupos e classes sociais continuaram se organizando e se movimentando na tentativa de traduzir em políticas sociais e em campos institucionais de negociação de interesses e de arbitragem de conflitos os direitos inscritos na **Constituição** de 1988 (Kowarick, 2002, p. 16). Exemplo disso foram os movimentos de moradia e sem-teto que atuam na área central da cidade de São Paulo.

Uma das “novidades” trazidas por esses movimentos remete à reivindicação não “apenas” do direito à moradia, mas, antes, do direito à moradia digna em uma área consolidada da cidade. Dito de outra forma, eles contrariaram a própria “lógica” das políticas habitacionais direcionadas para a população de baixa renda baseada historicamente na produção de moradias novas nos bairros periféricos. Seria possível sugerir que, no limite, os movimentos de moradia e sem-teto operaram o que Jacques Rancière (1996) identificou como um elemento próprio da ação política: o deslocamento de fronteiras, a contestação dos lugares estabelecidos. Isso porque as lutas que empreenderam questionaram a concentração espacial de infraestrutura em determinados distritos ou, em outras palavras, a ordem urbana que estabelece possibilidades (dísparas) de acesso aos bens, serviços e espaços da cidade, definindo quem é e quem não é cidadão. Nesse sentido, obtiveram importantes conquistas, a começar pela criação de programas habitacionais e de recuperação de edifícios há muito tempo abandonados. Além disso, é necessário destacar que, antes das ocupações, não havia no poder público municipal, estadual e federal profissionais ou setores específicos que tratassem de questões relacionadas aos cortiços. Essa situação foi, em parte, revertida, com programas direcionados especificamente à produção de unidades habitacionais na área central ou à melhoria das condições de habitabilidade dos cortiços, tais como o Programa de Arrendamento Residencial, da Caixa Econômica Federal (PAR/CEF), e o Programa de Atuação em Cortiços da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (PAC/CDHU).

De fato, depois da experiência nos cortiços da rua Madre de Deus e Celso Garcia, os programas de habitação social no âmbito das agências públicas estaduais e municipais só foram colocados em prática a partir de 1998 e de 2001, respectivamente; por sua vez, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), da Caixa Econômica Federal, em convênio de cooperação técnica com a prefeitura, respondeu pela reforma de sete edifícios na área central, somando 717 unidades habitacionais entre 2001 e 2007⁵ (Sígolo & Silva, 2007, p. 29). Todos esses empreendimentos tiveram suas experiências piloto em imóveis ocupados pelos movimentos de moradia e sem-teto ou atenderam demandas apresentadas por eles. Houve ainda edifícios reformados ou reciclados pela iniciativa privada para o uso residencial, além daquela parcela reabilitada para abrigar órgãos públicos, museus, bibliotecas, espaços culturais, etc.

Entende-se, assim, que os movimentos de moradia conseguiram expor as suas demandas, viabilizar a inclusão de parcela dos seus integrantes em diferentes linhas de atendimento habitacional e protagonizar projetos inéditos de reforma e reciclagem de imóveis ociosos na área central.

⁵ Apesar de existirem alguns empreendimentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU) e da Prefeitura em bairros populares consolidados, a produção de habitação de interesse social até o final da década de 1990 concentrou-se quase que completamente nos bairros periféricos. Por isso, Sígolo e Silva (2007: 29) sugerem que apenas a partir de 1998 e de 2001 seja possível falar em programas de habitação de interesse social na área central promovidos pela CDHU e pela Prefeitura, respectivamente.

Referências

- Amaral, A. (2002) *Habitação: avaliação da política habitacional*. Observatório dos cidadãos: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 4. 2. ed. São Paulo: Pólis / PUC SP.
- Ant, C. & Kowarick, L. (1988). Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 49-71.
- Associação dos Trabalhadores da Mooca [ATMR]. (1993). *A luta dos quintais e cortiços da Mooca*. São Paulo.
- Avritzer, L. (Org.). (1997). Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, n. 39, São Paulo, CEDEC.
- Avritzer, L. (Org.). (1994). *Sociedade civil e democratização*. Minas Gerais: Del Rey.
- Barros, J. (2004). *Moradores de rua – trabalho e pobreza: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- Brasil. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.
- Caccia-Bava, S. (1983). *Práticas cotidianas e movimentos sociais*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- Costa, S. (1997) Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *BIB*, Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 43, Rio de Janeiro, p. 3-25.
- Costa, S. (1994). Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos*, nº 38, São Paulo, CEBRAP, p. 38-52.
- Dagnino, E. (2000). Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: Alvarez, S. & Dagnino, E. & Escobar, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, p. 61-102.
- Dagnino, E. (2002). Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Dagnino, E. (Org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 279-301.
- Feltran, G. (2005). *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Humanitas / FAPESP.
- Gohn, M. (1991). *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola.
- Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática [GECD]. (1998-99). Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. *Ideias*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vol. 5, n. 2 / vol. 6, n. 1, Campinas, Unicamp, p. 7-122.
- Kowarick, L. (1984). Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70. *Presença*, nº 2, São Paulo, p. 65-78.
- Kowarick, L. (2002). Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos*, n. 63, p. 9-29.
- Miagusko, E. (2008). *Movimentos de Moradia e Sem-Teto de São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- Moisés, J. (1978). *Classes populares e protestos urbanos*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.

- Neuhold, R. (2009). *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- Oliveira, F. (1977). Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classe. In: Moisés, J. (Org.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: CEDEC / Paz e Terra, p. 65-76.
- Oliveira, F. (2000). Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Oliveira, F. & Paoli, M. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. 2. ed. Petrópolis (RJ) / Brasília: Vozes / NEDIC, p. 55-81.
- Oliveira, F.; Rizek, C. (Orgs.). (2007). *A era da indeterminação*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo.
- Paoli, M. & Sader, E. (1988). Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: Cardoso, R. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-68.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Rizek, C. (2002). Os sentidos da cidade na sociologia brasileira: da civilidade ao seu avesso. *Relatório substantivo parcial*. Projeto temático Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política. São Paulo: FAPESP.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sígolo, L. & Silva, H. (Coord.). (2007). *Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo*. Relatório de pesquisa. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy.
- Telles, V. (1987). Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: Krischke, P.; Scherer-Warren, I. (Orgs.). *Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- Telles, V. (1994). Sociedade civil, direitos e espaços públicos. *Pólis*, nº 14. São Paulo, Pólis, p. 43-53.